

A fenomenologia da memória e o “homem capaz” do jornalismo¹

Camila Freitas²

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcia Benetti³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Este artigo faz uma reflexão teórica sobre como o jornalismo agencia a memória em suas práticas narrativas. Trabalhamos a fenomenologia da memória, que permite elucidar a evocação do passado na atualidade, e o conceito de homem capaz de Paul Ricoeur (2007, 2014). Retomamos as potencialidades do homem capaz, fazendo uma aproximação das habilidades deste sujeito com as competências do jornalista, e propomos a definição do “homem capaz” do jornalismo.

Palavras-chave: jornalismo; memória; fenomenologia; homem capaz.

Introdução

O jornalismo e a história são gêneros de discurso que contam as experiências dos sujeitos, os grandes e os pequenos acontecimentos, a vida cotidiana, as relações que estruturam o poder e a vivência do homem em sua temporalidade. Ambos trabalham com a construção da memória, esta rede difusa e sempre aberta de informações constituída pelos documentos e pelas lembranças.

A relação entre memória e jornalismo tem merecido a atenção de diversos pesquisadores⁴ brasileiros, sendo a maior parte dos trabalhos orientada à construção de uma memória do jornalismo e, por conseguinte, de uma história da mídia (BRAGANÇA, MOREIRA, 2004; KLÖCKNER, PRATA, 2009; MATHEUS, SACRAMENTO, 2014; RIBEIRO, FERREIRA, 2007; RIBEIRO, BARBOSA, 2011).

Esses estudos revelam a importância de debater a confluência entre jornalismo e memória. O que pretendemos fazer, neste texto, é considerar o papel do jornalista na

¹ Trabalho submetido ao GP Teorias do Jornalismo do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo – UFRGS/CNPq. Email: freitas.csiqueira@gmail.com

³ Doutora em Comunicação pela PUC-SP, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS, pesquisadora do CNPq. Email: marcia.benetti@gmail.com

⁴ Entre as temáticas pesquisadas, podemos citar brevemente a rememoração da imprensa (BARBOSA, 2007, 2010; HOHLFELDT, BUCKUP, 2002; RIBEIRO, 2006; RÜDIGER, 1993; WAINBERG, 1997), a história da TV brasileira (MATTOS, 2002; RIBEIRO, SACRAMENTO, ROXO, 2010), a elaboração da memória radiofônica (HAUSSEN, 2001; FERRARETTO, 2012) e a memória digital (PALACIOS, 2003, 2014).

construção da memória – ou de memórias –, a partir de um conceito que problematiza o sujeito por meio de sua ação e de sua ética: o homem capaz.

A fim de compreender de que forma a prática jornalística mantém vivo o passado, é preciso considerar não apenas a questão temporal, mas também a própria questão narrativa. A dicotomia do passado e do presente é bem apresentada por Arendt (2007), que expõe a dinâmica temporal do pensamento a partir da interpretação da “Parábola de Kafka”. Para Arendt, o confronto entre o passado e o futuro tem implicações diretas no espírito pensante, que Kafka denomina “Ele”. No embate entre forças antagônicas, o “Ele” é impulsionado para frente, a fim de colidir com aquilo que ainda é novo, mas, concomitantemente, é empurrado para trás, regressando às memórias antigas. Esse movimento reflexivo, além de dar luz à problemática que afeta o entendimento da atualidade, permite um paralelo com a construção da temporalidade sob a ótica agostiniana – que retomaremos adiante.

Ao considerar a tríplice do presente absoluto – das coisas passadas, das coisas presentes e das coisas futuras –, já no século IV Santo Agostinho (1981) justifica que o homem é um ser temporal e finito, uma vez que fala, reflete e age *no tempo*. Assim, o tempo só existiria no espírito do homem. Nesse contexto, o duplo movimento – em direção ao futuro e em direção ao passado – orienta a atividade mnemônica, levando em conta a possibilidade de preservar a memória e de se posicionar à espera do futuro, que deve ser compreendido como fluido, aberto e construtível, mesmo quando seus elementos constituintes estão ligados à reminiscência.

A narrativa é o lugar de resgate dos acontecimentos transcorridos, e o discurso jornalístico assume um lugar diferenciado, entre todos os discursos, devido ao seu estatuto de compromisso com a verdade. A relação entre memória e jornalismo apresenta uma responsabilidade de duas ordens – ora com a noção do real, ora com o conhecimento histórico. O compromisso com o real apontará à verossimilhança, a partir do entendimento mimético apoiado no discurso realista, e o compromisso com o conhecimento histórico guiará as questões da memória coletiva, que estão atreladas às heranças e às formas de conferir sentidos ao que ocorre na atualidade.

A fim de propor uma reflexão teórica sobre como o jornalismo usa e agencia a memória, vamos tratar da fenomenologia da memória, que permite elucidar a evocação do passado na atualidade, e do “homem capaz” de Paul Ricoeur (2007, 2014). Ao compreender que a memória é uma das potencialidades do homem capaz, faremos uma aproximação das habilidades deste sujeito com as competências do jornalista.

A fenomenologia da memória e o “homem capaz”

Paul Ricoeur (2007) estrutura a fenomenologia da memória a partir de duas questões iniciais: “De que há lembrança?” e “De quem é a memória?”. Nesse movimento, ele faz uma dissociação entre imaginação e memória, uma vez que considera a intenção da imaginação direcionada ao campo do fantástico, do irreal ou da ficção, enquanto posiciona a memória “voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal por excelência da ‘coisa lembrada’, do ‘lembrado como tal’” (RICOEUR, 2007, p. 26). Há uma primeira questão teórica importante, então: a memória é distinta da imaginação.

Toda lembrança é dotada de temporalidade, e, portanto, pertencer a um tempo é deixar-se medir pela existência desse mesmo tempo. Ricoeur (2007, p. 35) justifica: “É percebendo o movimento que percebemos o tempo; mas o tempo só é percebido como diferente do movimento quando nós o determinamos, isto é, quando podemos distinguir dois instantes, um como anterior, o outro como posterior”.

Por conseguinte, a recordação recai sobre uma busca ativa no espaço temporal transcorrido, que percorre a impressão original e retorna para o tempo em que se fez notável. Tal ação sugere que as reminiscências se formam quando uma mudança ocorre após outra. Essa atividade reflexiva remete à capacidade de selecionar um ponto de partida – em meio à rede de lembranças de um indivíduo ou de uma sociedade, por exemplo –, a fim de iniciar o percurso da recordação. Assim, *a potencialidade de buscar* é um predicado do explorador do passado, que aqui será compreendido como *o sujeito capaz de identificar acontecimentos*.

Sabe-se, porém, que o processo de rememoração é seletivo e apresenta recortes ou lapsos de tempo, uma vez que não se consegue mostrar tudo que ocorreu sem intervalos. Desse modo, as partes podem orientar a compreensão do todo e, conseqüentemente, ampliar os campos interpretativos – atravessando os limites da realidade e repousando na invenção. Os indivíduos se lembram de ações rotineiras, de experiências coletivas e daquilo que foi aprendido ou vivenciado em uma situação particular – como traumas de guerra e celebrações tradicionais. No entanto, o emaranhado mnemônico⁵ trava uma luta inquietante

⁵ É importante salientar que a memória pode ser imposta. Ricoeur (2007) fala das memórias impedidas, manipuladas e comandadas de modo abusivo. As impedidas orientam ao patológico, ao luto, aos traumas. As manipuladas são induzidas e instrumentalizadas, podendo fazer com que algumas lembranças permaneçam e outras não. Há aqui influência ideológica, hierárquica e pedagógica, que reflete na construção de uma identidade-memória. As comandadas de modo abusivo têm relação com o nível ético-político, no qual a ideia de justiça é saliente. A justiça, nesse sentido, é capaz de transformar a lembrança em projeto – a memória assume a forma do futuro e do imperativo. Nesse último caso, “dizer

contra o esquecimento, considerando o caráter efêmero do tempo e a aceleração da história. Não é por acaso que Nora (1993, p. 7) refere-se à história como “momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta, ainda, memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua [da memória] encarnação”.

Esse embate com o esquecimento faz com que as pessoas construam e mantenham arquivos. É preciso deixar registros, a fim de proporcionar um conhecimento, uma reflexão, uma crítica, um reconhecimento das vivências passadas e, conseqüentemente, da história. O jornalismo é um grande arquivo da história do homem, e o jornalista constrói esse arquivo ao organizar as informações que estarão disponíveis no futuro. Cada vez mais, as potencialidades de *hierarquizar e organizar* são predicados exigidos do jornalista na arquitetura da informação, e o jornalista aqui será compreendido como um *sujeito capaz de hierarquizar, organizar e disponibilizar informação para o futuro*.

Quando se fala em lugar de recordação, compreende-se não só a inscrição temporal, mas também a identificação de uma lembrança associada a um espaço, vínculo que origina a problemática da localização e da datação. É nesse nível que surgem os lugares de memória⁶, ou seja, os elementos por meio dos quais a memória atua. Eles se organizam em duas ordens de realidade – simbólica (que carrega uma história) e tangível (imbuída nas linguagens, nas tradições e nos espaços).

É verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais (NORA, 1993, p. 22).

Frente ao caráter efêmero do tempo, na narrativa jornalística, os acontecimentos trazidos ao presente são compreendidos como fatos ligados a um universo real, atestando que um determinado evento tenha ocorrido de uma maneira e não de outra, na forma de uma memória verificada. Selecionados pelos jornalistas – na posição de exploradores do passado –, os acontecimentos são movidos do estágio da percepção para o do reconhecimento, adquirindo um caráter verossímil, e encontram na narrativa jornalística um

você se lembrará, também significa dizer você não esquecerá [...], ou seja, contará no futuro essa memória que se apresenta como guardiã do passado” (RICOEUR, 2007, p. 100).

⁶ Três sentidos são dados à expressão: material, simbólica e funcional. “O primeiro fixa os lugares de memória em realidades que consideraríamos inteiramente dadas e manejáveis; o segundo é obra da imaginação e garante a cristalização das lembranças e sua transmissão; o terceiro leva ao ritual que, no entanto, a história tende a destituir, como se vê com os acontecimentos fundadores ou com os acontecimentos espetaculares, e com os lugares refúgios e outros santuários” (RICOEUR, 2007, p. 416).

lugar de recordação. Esse percurso se estende por “todos os graus da rememoração tácita à memória declarativa, mais uma vez pronta para a narração” (RICOEUR, 2007, p. 57).

O jornalismo, preso à temporalidade, necessita imprimir datas, mostrar a urgência do agora e revisitar o passado. Em meio ao desafio de compreender a realidade e a dinâmica dos acontecimentos, a narrativa jornalística pode ela mesma ser tida como um lugar de memória, se for compreendida como múltipla, híbrida, polissêmica e polifônica.

Grandes acontecimentos narrados pelo jornalismo também se constituem como lugares de memória. Causam impacto, geram consequências, marcam emocionalmente e inscrevem, na memória dos sujeitos, onde eles estavam, com quem compartilharam a experiência daquele momento e o que sentiram.

Assim, 1995 é, para os norte-americanos e para boa parte do mundo, o ano do atentado terrorista de Oklahoma, e 2001 é o ano do atentado às torres gêmeas de Nova York – esse acontecimento foi tão importante, no aspecto inaugural de um novo tipo de terrorismo, que acabou sendo resumido ao “11 de Setembro”, hoje uma data carregada de alto poder de significação. No Brasil, 1985 foi o ano da agonia e da morte do presidente Tancredo Neves, assim como 1992 foi o ano do processo de impeachment e da renúncia do presidente Fernando Collor de Mello – ambos fatos amplamente cobertos pelo jornalismo, construídos diariamente e com desenlaces dramáticos (BENETTI, 2010, p. 156).

O acontecimento mostra que a necessidade da memória é uma necessidade da história. É na tessitura da narrativa que se mantém tanto a memória pessoal quanto a coletiva, dois aspectos que retomam a questão inicial: “De quem é a memória?”.

Para Halbwachs (2006), *cada memória individual é um ponto de vista referente à memória coletiva*. O ponto focal sofre influência da posição do sujeito e é mutável frente ao lugar ocupado por ele. Consequentemente, esse lugar também é passível de alteração de acordo com as relações que o sujeito mantém com os grupos sociais, renovando as lembranças.

Ao tratar da fenomenologia da memória, identificam-se três sujeitos de atribuição de lembrança: “eu”, “outro” e “próximos”⁷. O “eu” se refere à memória individual, enquanto o “outro” está direcionado à memória coletiva e pública das comunidades às quais se pode pertencer. Já os “próximos” são aqueles que irão julgar, aprovar, desaprovar ou atestar os

⁷ A compreensão da tríade dá-se pela hermenêutica com vistas à alteridade. Segundo Ricoeur (2007, p. 138), é no cerne da realidade social que “se inscreve a participação de sujeitos capazes de designar a si mesmos como sendo, em diferentes graus de consciência refletida, os autores de seus atos”.

feitos do “eu” e do “outro”. Os “próximos” pertencem a uma geração posterior e irão recorrer à memória do passado para compreender seu próprio tempo.

A concepção de homem capaz (*Homo Capax*) é explorada por Ricoeur em 1990, quando publica “O si-mesmo como outro”, e retomada em 2004 no livro “Percurso do reconhecimento”. Para Ricoeur (2006, 2014), além de produtor de discursos, o homem é um sujeito dotado de potencialidades: as capacidades de 1) falar, 2) agir, 3) narrar, 4) imputar responsabilidade e 5) reconhecer a si e ao outro.

Fundamentado na práxis, o conceito de homem capaz diz respeito ao agir humano e está organizado em torno de dois eixos: a legalidade e o bem. A legalidade se refere às regras e às leis que condicionam o ideal de justiça social, e o bem diz respeito à finalidade do sujeito que aspira ao bem ou à vida boa, questionando a doxa e as tradições. Esse entendimento vai ao encontro do que Ricoeur (2014) denomina de ética pequena – que guia o agir, considerando a busca pela justiça e pelo bem social.

Esse sujeito potencial tem como premissa de suas ações não só a ética, mas a alteridade, estabelecendo uma íntima relação com o outro, a fim de pensar sobre si mesmo, para identificar diferenças, ser tolerante e revisar seu comportamento e existência. Nesse sentido, o reconhecimento de si e do outro – uma das potências do sujeito – promove a noção de identidade pessoal e coletiva, que deve ser instigada e projetada para além do tempo presente. É preciso revisitar o passado e trazer as reminiscências à atualidade, para que seja possível fazer interpretações e realizar mudanças na sociedade atual.

Na aproximação das habilidades do homem capaz às competências do jornalista, destaca-se a necessidade de o homem se posicionar frente a um contexto espaço-temporal. É responsabilidade do jornalista buscar compreender a complexa sociedade que observa e narra. Para isso, o jornalista necessariamente deve perceber a pluralidade que compõe esta sociedade. “Como ato social inerente ao sistema democrático, repousa no Jornalismo a obrigação moral de deixar antever a multiplicidade de opiniões da sociedade” (LAGO, 2014, p. 175). O *reconhecimento de si e do outro* é um predicado necessário ao jornalista, aqui considerado como um *sujeito capaz de reconhecer e narrar a alteridade*.

O jornalismo contribui para a manutenção de tradições, memorando o que ocorreu e evitando o apagamento, por exemplo, de hábitos, histórias e comunidades. Por outro lado, o jornalismo também contribui ao fornecer informações que permitem superar costumes e atos de violência ancorados em preconceitos e injustiças. A atividade jornalística possibilita

que novas gerações – os “próximos” – revisem as diversidades da vida humana, considerando as premissas da ética e da justiça.

Salientando que uma das capacidades do homem é narrar, é preciso determinar quem fez o quê, em vista de quê, movido por qual vontade, de que maneira, em que contexto e a fim de obter quais resultados. Esses questionamentos guiam a compreensão da inscrição de um sujeito frente a um contexto sociocultural, o qual oferecerá recursos para que este possa verificar e desvelar o universo que o rodeia.

Aqui, destaca-se o ato enunciativo e a reflexividade do locutor. Nisso reside a constatação do homem como um ser que tem o poder básico de falar, que produz discursos e que, por meio das narrativas sobre si mesmo, é capaz de originar textos:

[...] se narra e nessas narrativas se *autorreconhece* e faz história, não apenas como sujeito de sua existência, mas como ser consciente da mesma a ponto de construir tradições, legar documentos e posteriormente organizá-los e interpretá-los produzindo ciência histórica (MARTINI, 2012, p. 3-4, grifo nosso).

Vale salientar a *potência do sujeito de fazer memória*, porque a permanência no tempo passa a ser um dos desafios dos acontecimentos sociais. O jornalista, portanto, é um *sujeito capaz de construir memória*. A inscrição dos acontecimentos no jornalismo – uma prática discursiva que envolve as etapas de observação, interpretação e narração – é um dos modos de produzir a tessitura de uma memória. Ao trazer a figura do jornalista como intérprete da realidade, Cornu (1994) destaca que o jornalista não tem acesso à totalidade da realidade presente, uma vez que a realidade é composta por inúmeras lacunas. A função do jornalista é tentar organizar esses fragmentos do real – segmentados em acontecimentos vividos, discursos, testemunhos e relatos –, a fim de providenciar uma leitura do mundo que observa.

Duas ideias se destacam: a pertinência da atualidade e o esforço hermenêutico. É fundamental lembrar que o “tempo jornalístico é um tempo social, propositor de condutas tidas como adequadas ao presente” (BENETTI, 2010, p. 159), ou seja, o jornalismo fala mais do que sobre o que aconteceu hoje ou ontem: o jornalismo fala sobre a contemporaneidade. Nesse sentido, o jornalista vê-se imbuído do desejo de transformar os eventos sociais em narrativas, oferecendo um aspecto verossímil aos acontecimentos e dando origem a “imagens arquetípicas” de uma realidade coletiva apoiada nas demandas mnemônicas. Assim, o tempo jornalístico pode produzir a memória de seu tempo, do que diz respeito a sua época.

Nessa lógica, ao compreender a atualidade como um tecido textual (CORNU, 1994), o jornalista é tido como sujeito da interpretação, a fim de iniciar o círculo hermenêutico – observar os fatos, interpretá-los e narrá-los como relatos – e de vencer as distâncias frente a um contexto passado.

Ao ultrapassar essa distância, ao tornar-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido: de estranho, ele quer torná-lo próprio, isto é fazê-lo seu; é pois o engrandecimento da própria compreensão de si mesmo que ele persegue através da compreensão do outro (CORNU, 1994, p. 335).

Ricoeur (2014) elenca uma tríade que pode, facilmente, ser adaptada à narrativa jornalística. Ela consiste em descrever, narrar e prescrever. Nesse sentido, o relato a respeito da realidade é sempre aberto e pertence a um contínuo interpretar e reinterpretar. O jornalista tem de organizar os fatos, mas também estar disposto a perceber as transformações desencadeadas por ele a cada nova interpretação.

Esse processo eleva a posição do narrador que, para construir uma intriga, deve observar e compreender o que se passa. Como já foi dito, nenhuma história pode ser contada em sua integridade, conferindo à tessitura textual um mosaico de citações, que devem ser negociadas no ato da leitura, considerando a pluralidade de sentidos aplicáveis a ela. Isto é verificar a veracidade dos relatos – baseados em memórias ou nos imaginários de testemunhas (de outros).

Retomando a relação hermenêutica, é preciso posicionar o olhar, primeiramente, à singularidade – no sentido de que as “minhas lembranças não são as suas” (RICOEUR, 2007, p. 107), considerando que tais lembranças não são passíveis de transferência para a memória de outro. Nesse caso, ela é privada e detém todas as particularidades vivenciadas pelo sujeito. Indo além, a consciência estreita laços com o passado que reside nessa memória. Isso se aproxima da metáfora dos palácios de memória, a partir dos quais é possível arquivar, organizar e evocar lembranças que se quer fazer urgir, condicionando, ainda, o aspecto de lugar íntimo.

Halbwachs (2006) diz que, quando um sujeito se depara com a memória dos outros, o que encontra, primeiramente, são as lembranças triviais – compartilhadas e comuns, que ocorrem em lugares socialmente marcados – e que mostram que jamais os sujeitos estiveram sós. É especialmente com base nas representações coletivas que se busca compreender a noção do mundo. Para isso, os fenômenos mnemônicos devem estar

relacionados às práticas sociais – entre as quais se destaca o jornalismo –, considerando, ainda, que as lembranças se orientam a partir de seus sentidos, assim como a narrativa é tida como um lugar de articulação de suas pluralidades, singularidades, diferenciações e continuidades.

O universo simbólico também ordena a história. Localiza todos os acontecimentos coletivos em uma unidade coerente, que inclui o passado, o presente e o futuro. Com relação ao passado, estabelece uma memória que é compartilhada por todos os indivíduos socializados na coletividade. Em relação ao futuro, estabelece um quadro de referência comum para a projeção das ações individuais (BERGER E LUCKMANN, 2009, p. 140).

É importante compreender os agenciamentos da memória por parte das narrativas jornalísticas, uma vez que o jornalismo atua na construção do presente e no relato de heranças passadas, a fim de que a sociedade compreenda a si mesma na tessitura de sua história. O jornalismo é uma instituição que

[...] conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas (FRANCISCATO, 2005, p. 167).

Pode-se afirmar que a potencialidade de *reconstrução discursiva do mundo* é um predicado necessário ao jornalista, aqui considerado como um *sujeito capaz de narrar e de interpretar os acontecimentos, de evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e de inscrever o homem em seu tempo*.

Jornalismo e memória

Sabe-se que o jornalismo tem como função primeira informar o presente social (FRANCISCATO, 2005) e que, por seu produto ser um documento público (PARK, 2008), rompe com o individual e o privado e circula pela sociedade que o consome e, ao mesmo tempo, o abastece. A narrativa jornalística está subordinada à finalidade deste gênero discursivo, estando, portanto, condicionada à verificação dos fatos e à inscrição do sujeito em seu contexto temporal e espacial.

Outro aspecto considerável aqui é a novidade, vista sob dois aspectos: o de ruptura e o de continuidade. A ruptura se refere aos procedimentos de mudança, e a continuidade diz respeito ao “movimento das coisas e como um substrato cultural que funciona como quadro

de referência, socialmente partilhado, para interpretar o mundo” (FRANCISCATO, 2005, p. 190-191).

Alguém poderia perguntar se, frente a um processo que habitualmente privilegia o urgente, o singular e o instantâneo, a questão mnemônica não seria dispensável. Pensamos que não, se os acontecimentos forem tomados, em um primeiro momento, como pontos de referência do tempo, considerando a dinâmica passado-futuro. Apesar de sua articulação cronológica (ontem, hoje e amanhã), os eventos passam a se imbricar de modo complexo na narrativa jornalística.

Para compreender de que forma a prática jornalística mantém vivo o passado em seus textos, é interessante retomar a tríade do presente absoluto. No “tempo presente das coisas passadas”, a partir de uma compreensão histórica, tem-se o jornalismo explorando e retomando o que já ocorreu. No “presente das coisas presentes”, o fato é desvelado e inscrito como acontecimento em processo, aquilo que acontece agora e pode acontecer a todo momento. O “presente das coisas futuras” visa antecipar acontecimentos, o que permite fazer previsões e delinear cenários sociais.

Sabe-se que a rememoração não ocorre sozinha, ela depende de uma mediação, e esse é o papel do jornalista – dotado das potencialidades já apresentadas. Tal atividade permite evidenciar três ações em relação à memória – a gravação, o armazenamento e a recuperação (ZELIZER, 2014). É no resgate de fatos históricos, de datas, de nomenclaturas, de acontecimentos marcantes, de personagens importantes e de festas a celebrar (RICOEUR, 2007) que a narrativa orienta o agenciamento das memórias em reportagens e notícias.

Nesse sentido, os discursos que permeiam os produtos jornalísticos têm um compromisso com a memória transgeracional, o que retoma a relação com “os próximos”:

Trata-se de uma experiência forte, que contribui para ampliar o círculo dos próximos, abrindo-o em direção a um passado que, ao mesmo tempo que pertence àqueles de nossos ancestrais ainda em vida, nos põe em comunicação com as experiências de uma outra geração que não a nossa. A noção de geração, que é aqui a chave, oferece o duplo sentido da contemporaneidade de uma mesma geração, à qual pertencem, conjuntamente, seres de idades diferentes, e a da sequência das gerações, no sentido da substituição de uma geração por outra (RICOEUR, 2007, p. 405-406).

Nota-se o retorno da questão dos sujeitos de atribuição de lembrança (eu, outro e próximos), a fim de destacar a inquietude da recordação frente ao esquecimento. Seja de

modo comparativo, nostálgico ou para promover analogias, a memória evocada em textos jornalísticos colabora para evidenciar diferenças, reforçar novas verdades sociais e reivindicar tradições. Pode-se dizer, assim, que a memória é um fenômeno sempre atual. O jornalismo se constitui como um agente das memórias culturais e coletivas, às vezes com a intenção comemorativa, que dizem respeito aos calendários e às tradições.

O jornalismo reconstrói os eventos relativos ao homem e é reconhecido socialmente como uma prática autorizada a narrar a realidade. O “homem capaz” do jornalismo, que desenvolvemos neste artigo, é sujeito central na produção do discurso jornalístico. Ele é o sujeito que enuncia, e o faz a partir de uma lógica discursiva que lhe antecede como sujeito. É importante compreender que o jornalista é posicionado para enunciar instado pelas regras dessa lógica, as quais instituem o jornalismo como um gênero discursivo (BENETTI, 2008). O jornalismo é mediado por sua missão pública e está em busca, especialmente, das contradições e das ranhuras, porque são elas que mostram, por contraste, o que seria socialmente aceitável em uma determinada época. A função do jornalismo retorna ao início deste artigo: evidenciando a relação com o tempo. Ao relatar o que o homem pensa, diz, faz e deseja em seu tempo, o jornalismo constrói para si um lugar de memória e de poder.

Considerações finais

Buscamos, ao longo desse artigo, discutir como o jornalismo usa e agencia a memória em suas práticas narrativas. Para isso, consideramos o papel do jornalista na construção das memórias sociais, a partir do conceito de homem capaz – que problematiza o sujeito por meio de suas ações e de sua ética.

O jornalista tem como predicado necessário a capacidade de reconstrução discursiva do mundo que observa. Ao tratar da realidade social, ele inscreve os sujeitos em seu tempo e produz discursos que serão, em tese, tomados como verdade sobre o tempo social narrado. Nesse sentido, tais discursos evocados em um momento posterior são tidos como pontos de referência temporal, o que contribui para a rememoração dos acontecimentos sociais.

Mas, para exercer o seu papel, o jornalista deve instigar as potencialidades do homem capaz – falar, agir, narrar, imputar responsabilidade e reconhecer a si e ao outro – e aproximá-las de suas habilidades, tornando-se um *homem capaz do jornalismo*.

Como explorador do passado, o jornalista tem a *potencialidade de buscar*, ou seja, identificar em meio à complexa rede de lembranças sociais e individuais um ponto de partida para a recordação. Isso o define como *sujeito capaz de identificar acontecimentos*.

Para evitar o esquecimento do que ocorre na sociedade, o jornalista constrói arquivos e organiza as informações que estarão disponíveis no futuro. Assim, a *potencialidade de arquitetar a informação* eleva o jornalista à posição de *sujeito capaz de hierarquizar, organizar e disponibilizar informação para o futuro*. Além disso, ao perceber a pluralidade social, o jornalista reconhece a si mesmo e ao outro, em suas diferenças, e constitui-se como um *sujeito capaz de reconhecer e narrar a alteridade*.

Outra potência do jornalista é a de *fazer memória*, ao considerar a efemeridade dos acontecimentos sociais frente ao tempo. A inscrição dos acontecimentos no jornalismo é um dos modos de produzir a tessitura da memória. Portanto, o jornalista é um *sujeito capaz de construir memória*.

Os agenciamentos mnemônicos nas narrativas jornalísticas colaboram para que a sociedade compreenda a si mesma na composição de sua história. Assim, a *potencialidade de reconstrução discursiva do mundo* é um predicado necessário ao jornalista, tido como um *sujeito capaz de narrar e de interpretar os acontecimentos, de evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e de inscrever o homem em seu tempo*.

Está claro que nem todo jornalista desenvolve as potências e se transforma em um “homem capaz” do jornalismo. Para isso é preciso estar comprometido com a legalidade e com o bem apontados por Ricoeur (2014). Também é necessário compreender a finalidade pública do jornalismo e seu compromisso com a pluralidade de vozes sociais.

Em suma, entendemos que o “homem capaz” do jornalismo é um sujeito habilitado para: 1) identificar acontecimentos; 2) narrar e interpretar os acontecimentos, evidenciar a pluralidade de discursos da sociedade e inscrever o homem em seu tempo; 3) reconhecer e narrar a alteridade; 4) hierarquizar, organizar e disponibilizar informações para o futuro; 5) construir memória.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

AGOSTINHO, Santo. **O homem e o tempo**. 10. ed. Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1981.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa – Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa – Brasil (1800-1900)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Galáxia**. N. 15. São Paulo: PUC-SP, 2008.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sonia Virgínia (Org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2004.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FERRARETTO, Luiz Artur. Uma proposta de periodização para a história do rádio no Brasil. **Eptic**, v. 24. Aracaju: UFS, 2012.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**. Aracaju: Editora UFS, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Panorama da pesquisa em Comunicação no Brasil. In: HAUSSEN, Doris Fagundes (Org.). **Mídia, imagem e cultura**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

HOHLFELDT, Antonio; BUCKUP, Carolina. **Última Hora: populismo nacionalista nas páginas de um jornal**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

KLOCKNER, Luciano; PRATA, Nair (Org.). **História da mídia sonora: experiências, memórias e afetos de Norte a Sul do Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

KOSELLECK, Reinhard. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Contraponto, 2006.

LAGO, Cláudia. Ensinamentos antropológicos: a possibilidade de apreensão do “Outro” no jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. V. 2, n. 2. Brasília: SBPJor, 2014.

MARTINI, Rosa Maria Filippozzi. **Buscando em Ricoeur indícios de uma antropologia, implicações pedagógicas**. In: IX ANPED SUL - Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, Caxias do Sul, 2012.

MATHEUS, Leticia; SACRAMENTO, Igor (Org.). **História da Comunicação: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade?** In: Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: USP/SBP JOR, 2009.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo online: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos do jornalismo digital**. Salvador: Calandra, 2003.

PALACIOS, Marcos. Memória: jornalismo, memória e história na era digital. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. V. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, vol. 2, n.3. Rio de Janeiro, 1989, p. 3-15.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. **Galáxia**, n. 18. São Paulo, 2009, p.31-43.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: E-papers, 2006.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.). **Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva Carlos (Org.). **Comunicação e história: partilhas teóricas**. Florianópolis: Insular, 2011.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco. **História da televisão brasileira**. São Paulo: Contexto, 2010.

RICOEUR, Paul. **Percurso do reconhecimento**. São Paulo: Loyola, 2006.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação: o discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2009.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa – Tomo III**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1993.

WAINBERG, Jacques. **Império das palavras**. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

ZELIZER, Barbie; TENENBOIM-WEINBLATT, Keren (Org.). **Journalism and memory**. London: Palgrave Macmillan, 2014.